

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60 0000101/2023

A **COMPANHIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - COHAB-RP**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **do tipo MENOR PRÊMIO GLOBAL, decorrente da aplicação das taxas (MIP + DFI), sob as condições dispostas neste EDITAL e em seus respectivos ANEXOS**, objetivando a contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante e seus mutuários.

Tipo de Licitação: MENOR PRÊMIO GLOBAL, decorrente da aplicação das taxas (MIP + DFI)

Morte e Invalidez Permanente (MIP)

Danos Físicos no Imóvel (DFI)

Regime de Execução: INDIRETA

Repartição Interessada: **COMPANHIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - COHAB-RP**, Empresa Pública Municipal, vinculada como entidade da Administração Indireta à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Ribeirão Preto, com sede em Ribeirão Preto-SP, na Avenida Treze de Maio nº157, Pavimento Térreo, Jardim Paulistano, CEP 14090-270, inscrita no CNPJ sob o nº 56.015.167/0001-80.

Dotação Orçamentária: Recursos próprios da Administração Indireta, à conta dos recursos consignados no Orçamento Econômico-Financeiro da COHAB-RP, elaborado pela Diretoria Executiva, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e pelo Conselho de Administração.

Prazo de Execução e Vigência do Contrato e Apólice Correspondente: 05 (cinco) anos, conforme permissivo do artigo 71 da Lei Federal nº. 13.303/16.

Valor Anual Máximo Estimado (Prêmio): R\$ 484.884,12 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e doze centavos).

Objeto: Contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante (COHAB-RP) e seus mutuários, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no **ANEXO II** - Termo de Referência e demais Anexos deste Edital, como suas partes integrantes e complementares.

Visita Técnica (facultativa): até o dia 06 de outubro de 2023, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 09H00 às 16H00, mediante agendamento

prévio, por meio do endereço eletrônico: licitacoes@cohabrp.com.br.

Abertura da Sessão Pública: às 14:00 horas do dia 09 de outubro de 2023.

Disputa: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 986969 – Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – SP.

Fundamento Legal: O presente Pregão é regido pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, supletivamente pela Lei nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Lei nº. 13.303 de 30 de junho de 2016, Decreto nº. 10.024 de 20/09/2019, Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº. 10.513 de 06/09/2005 e Decreto Municipal nº. 80 de 30/03/2020.

Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão será conduzido por servidor municipal de Ribeirão Preto, denominado pregoeiro, e será realizado por meio eletrônico, através do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br ; www.ribeiraopreto.sp.gov.br > Portal da Transparência > Licitações > COHAB e <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/cohab/licitacoes-pregao-eletronico>

2. DO OBJETO

2.1. O presente Pregão tem por objeto a Contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante (COHAB-RP) e seus mutuários, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no **ANEXO II** - Termo de Referência e demais Anexos deste Edital, como suas partes integrantes e complementares.

2.2. O prazo de vigência e execução do objeto é de 05 (cinco) anos a partir da data da assinatura do Contrato e emissão da Apólice.

2.3. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.4. VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA)

2.4.1. É facultada visita técnica ao licitante interessado em participar deste Pregão, no período compreendendo a data de publicação do edital até a data limite constante no preâmbulo do *Edital*, nos locais onde poderão ser executados os serviços objeto deste Edital com o objetivo de inteirar-se das condições e eventuais dificuldades para

execução dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento da situação existente.

2.4.2. Não será realizada visita técnica sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

2.4.3. A visita técnica poderá ser agendada pelo telefone (16) 3968-8204 ou (16) 3968-8251, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 09h00min às 16h00min, ou por meio do endereço eletrônico: licitacoes@cohabrp.com.br, com a Dra. Eliane de Paula Paulista ou Sra. Celina Aparecida Gomes Martins.

2.4.4. Caso o licitante não queira realizar a visita, na forma programada, assumirá total responsabilidade por esse fato e não se utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas, financeiras ou de outra ordem com a Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto – COHAB-RP, sendo de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, condição preliminar de cadastro que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, através do Sistema de Compras do Governo Federal.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas e condições constantes do presente Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.4. Os interessados não credenciados no SICAF poderão obter maiores informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para credenciamento por meio do endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

4.5. Não poderão participar desta licitação as empresas:

4.5.1. suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o Município de Ribeirão Preto e as declaradas inidôneas para licitar e contratar com quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.5.2. enquadradas nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.5.3. que estejam em processo de falência, concurso de credores ou insolvência, em dissolução ou liquidação.

4.5.4. reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.5.5. cooperativas, considerando o objeto da licitação, com fundamento do artigo 24, parágrafo único do Decreto-Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1966.

4.5.6. corretor de Seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1966, no artigo 100 do Regulamento do Decreto-Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1966 e no Acórdão TCU 600/2015.

4.5.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.2. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.5. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.6.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Quando do preenchimento da proposta no sistema eletrônico, deverão ser informados os seguintes campos:

5.1.1. Valor total do(s) Item(ns) para o(s) qual(is) pretende concorrer (Prêmio Global, decorrente da aplicação das taxas MIP + DFI), de acordo com o ANEXO I – Proposta Comercial;

5.1.1.1. Percentual das Taxas MIP e DFI para a formação do preço;

5.1.1.2. O valor percentual deverá ser de **até quatro casas decimais após a vírgula;**

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações relativas ao descritivo do **ANEXO II** – Termo de Referência;

5.1.3. Considerando o fato de o prêmio corresponder ao resultado da aplicação das taxas (MIP e DFI) sobre a importância segurada, o julgamento dar-se-á pelo MENOR PRÊMIO GLOBAL, decorrente da aplicação das taxas (MIP + DFI).

5.2. Ao realizar o registro da proposta no sistema, é vedado inserir qualquer elemento que identifique o licitante.

5.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, a **proposta comercial inicial** com a descrição do objeto ofertado, as taxas e os preços individualizados e global (prêmio), conforme subitem “5.1.1.” até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3.1. Somente serão aceitos envio de arquivos por meio do Portal de Compras do Governo Federal. Os licitantes que enviarem documentos de forma física, e-mail, links, etc., serão desclassificados.

5.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

5.6. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento dos bens, não cabendo à Municipalidade e/ou à COHAB-RP nenhum custo adicional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e seus Anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto, nos seus termos.

5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.9. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento do licitante vencedor.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.13. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.14. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Edital e seus Anexos.

6.2.1. Também será desclassificado o licitante que:

6.2.1.1. Deixar de anexar a Proposta Comercial Inicial antes da disputa;

6.2.1.2. Registrar no sistema proposta que contenha qualquer elemento que o identifique;

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento das taxas, respectivos valores individualizados mensal e total, e global anual do prêmio, consignadas no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PRÊMIO GLOBAL, decorrente da aplicação das taxas (MIP + DFI), com no máximo duas casas decimais**, sendo desprezadas as demais.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor(es) inferior(es) ao(s) último(s) por ele ofertado(s) e registrado(s) pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1.000,00.

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (**MENOR PRÊMIO GLOBAL ANUAL**) e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes,

até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Poderá o pregoeiro, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PRÊMIO GLOBAL**, decorrente da aplicação das taxas (MIP e DFI), sobre as importâncias seguradas, conforme definido neste Edital e em seus Anexos, suas partes integrantes e complementares.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta comercial inicial.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, solicitação de negociação com o licitante que tenha apresentado a proposta classificada em primeiro lugar, ou com o licitante que passe a ocupar esta posição, para que sejam obtidas condições mais vantajosas, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de no máximo 2 (duas) horas, envie exclusivamente através do sistema a **proposta atualizada** correspondente ao último lance ofertado após a negociação realizada e, se necessário, os documentos complementares, sob pena de não aceitação da proposta e desclassificação.

6.22.2.1. A proposta atualizada deverá ser elaborada com **taxas, respectivos valores dos prêmios unitário e total, mensal e anual, individualizados (MIP e DFI) e global anual do prêmio**, expressos em números, na moeda corrente nacional, com no máximo quatro casas decimais para taxas e duas casas decimais para o prêmio, sendo desprezadas as demais, respeitando **as taxas e respectivos preços unitários e totais máximos dos prêmios**, definidos na planilha estimativa constante no ANEXO I – Proposta Comercial.

6.23. PROPOSTA ATUALIZADA

6.23.1. O licitante detentor da melhor oferta, **arrematante**, deverá apresentar à COHAB-RP a proposta atualizada, conforme disposto no subitem 6.22.2, retro.

6.23.2. Os documentos de que trata o subitem 6.23.1. deverão ser apresentados datados e assinados pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor que:

7.2.1. não atenderem às exigências do edital e seus Anexos ou da legislação aplicável;

7.2.2. omissos ou vagos bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

7.2.3. impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

7.2.4. contenham taxas e preços excessivos, assim considerados os de valores unitários e global (anual) superiores aos do orçamento estimativo;

7.2.5. apresente preço manifestamente inexequível.

7.2.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global (anual) ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.4. A COHAB-RP reserva-se o direito de realizar diligências, após a disputa de preços, para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.9. A Empresa arrematante não será declarada vencedora caso sua proposta final esteja com as taxas e os valores unitários e total do Item, acima do valor máximo estimado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

8.3.1. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

8.3.1.1. Nas certidões solicitadas será considerado **o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei**, e na sua ausência, quando emitidas **no máximo até 90 (noventa) dias** anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

8.3.2. O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Em caso de ausência de documentação ou documentação vencida, o Pregoeiro poderá verificar os referidos documentos no SICAF, caso necessário, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas, conforme consta no Art. 43 do Decreto 10.024 de 20/09/2019 e artigos 26, § 2º e 47, § único do Decreto Municipal nº 80 de 30/03/20.

8.8. No caso da ausência de documentação ou com validade vencida no SICAF no momento da consulta, o licitante restará inabilitado.

8.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica da Sociedade, consistirá em:

8.9.1. Contrato/ato constitutivo da pessoa jurídica, em vigor, com a última alteração se for o caso (e contrato consolidado), devidamente registrado;

8.10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

8.10.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, relativo ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante;

8.10.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal que deverá ser comprovada por meio da apresentação de Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante;

8.10.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.10.4. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal** relativo ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante.

8.10.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão dos Tributos Mobiliários (ISSQN).

8.10.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, que deverá ser comprovada através da apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme Lei Nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

8.10.7. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

8.11.1. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.11.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

8.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.11.2.1. No caso de empresa constituída há menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa.

8.11.2.2. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 31 da Lei Federal nº. 8.666/1993 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril), para todas as empresas, inclusive aquelas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (lucro real ou presumido). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior.

8.11.2.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa, cujos resultados deverão ser maiores ou igual a 01 (um) inteiro, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.11.2.3.1. Os índices acima referidos devem ser preferencialmente apresentados com destaque em folha separada e assinada pelo representante legal da empresa licitante.

8.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.12.1. Comprovação de possuir em nome da proponente, atestado comprobatório da Execução de Serviços com características e quantidades compatíveis ao objeto da presente licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços similares com quantitativos mínimos (de acordo com a Súmula 24 – TCE-SP), a saber:

Item	Descrição dos serviços	Quantidade mínima exigida para comprovação
1	Contratos de Financiamento/Confissões (segurados)	1.518

8.13. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.13.1. Declarações que atendam os seguintes pontos, conforme modelo constante neste Edital (ANEXO III):

a) que os documentos apresentados por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) são autênticos aos originais (caso apresente algum documento sem autenticação digital).

b) que cumpre as normas regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como, as normas relativas à defesa do meio ambiente, na forma da Lei.

c) que recebeu os documentos e tomou pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

8.13.2. **Declaração Formal**, de que a empresa, se vencedora, apresentará os documentos abaixo, como condição de assinatura do Contrato:

a) **Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP - “Superintendência de Seguros Privados”**, autorizando a proponente a operar e a comercializar seguro de acordo com o objeto, onde se mencione o seu número, dentro do prazo de validade, e que comprove:

- a.1) A existência de reservas adequadas;
- a.2) A inexistência de pendência junto a SUSEP.

b) Certidão ou Declaração, emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros

Privados), com data de expedição de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, comprovando que a proponente está autorizada a operar no ramo de seguro habitacional em todas as regiões do país, em conformidade com a Resolução CNSP nº. 73, de 13 de maio de 2002, que dispõe sobre o capital mínimo exigido das sociedades para operar no grupamento de seguro dos ramos elementares.

9. DOS RECURSOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. Não será aceito recurso sem a síntese de suas razões ou sobre assuntos meramente protelatórios.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de até três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.1.1. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. PRAZO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS E GARANTIAS CONTRATUAIS

12.1. PRAZO

12.1.1. Adjudicado o objeto da licitação a PROPONENTE vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, para celebrar o Contrato e Apólice Correspondente.

12.1.2. O Contrato e a Apólice de Seguro correspondente, decorrentes desta licitação serão formalizados por termo, com prazo de vigência, conforme permissivo do art. 71, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016.

12.2. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.2.1. A Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto – COHAB-RP, poderá, até a assinatura do Contrato e da Apólice correspondente, desclassificar a empresa vencedora por despacho fundamentado sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícia de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade financeira, técnica ou administrativa.

12.2.2. A licitante deverá apresentar os documentos dos subitens abaixo, na sede da COHAB-RP, sito na Avenida Treze de Maio, 157, Pavimento Térreo, Jardim Paulistano, em Ribeirão Preto/SP, CEP: 14090-270, no prazo de 05 dias úteis, contados da convocação, como condição para assinatura do Contrato.

12.2.2.1. No caso de empresa em situação de recuperação judicial ou extrajudicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação está sendo cumprido;

12.2.2.2. Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP - “Superintendência de

Seguros Privados”, autorizando a proponente a operar e a comercializar seguro, de acordo com o objeto, onde se mencione o seu número, dentro do prazo de validade, e que comprove:

- a) A existência de reservas adequadas;
- b) A inexistência de pendência junto a SUSEP.

12.2.2.3. Certidão ou Declaração, emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), com data de expedição de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, comprovando que a proponente está autorizada a operar no ramo de seguro habitacional em todas as regiões do país, em conformidade com a Resolução CNSP nº. 73, de 13 de maio de 2002, que dispõe sobre o capital mínimo exigido das sociedades para operar no grupamento de seguro dos ramos elementares.

12.2.3. Poderá haver alterações contratuais com acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à execução do objeto, conforme permissão do parágrafo 1º, art. 81, da Lei nº. 13.303/16.

12.2.4. A inexecução total ou parcial do Contrato e Apólice correspondente, enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, constituindo-se motivos para a rescisão contratual:

12.2.4.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos;

12.2.4.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos;

12.2.4.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

12.2.4.4. O atraso injustificado na celebração do Contrato e Apólice de Seguro correspondente;

12.2.4.5. A paralisação dos serviços (cobertura), sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.2.4.6. O desatendimento das determinações regulares da CONTRATANTE, da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

12.2.4.7. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo gestor/fiscal do Contrato e Apólice correspondente, no registro de ocorrências relacionadas com a execução do Contrato e Apólice correspondente, ou objeto de notificação(ões) dirigidas à CONTRATADA;

12.2.4.8. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

12.2.4.9. A dissolução da empresa;

12.2.4.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato e Apólice correspondente;

12.2.4.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato e Apólice correspondente;

12.2.4.12. A supressão, por parte da COHAB-RP, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato e Apólice correspondente, além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei nº. 13.303/16;

12.2.4.13. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da COHAB-RP, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.2.4.14. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela COHAB-RP decorrentes de serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

12.2.4.15. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato e Apólice correspondente.

12.2.4.16. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, sem prejuízo das sanções penais cabíveis

12.2.5. Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação, bem como, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica.

13. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E CRITÉRIO DE REAJUSTE

13.1. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1.1. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do Contrato não poderão ser alteradas sem prévia concordância da contratante.

13.1.2. As cláusulas econômico-financeiras do Contrato poderão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13.2. CRITÉRIO DE REAJUSTE

13.2.1. Os índices para reajuste referentes ao valor de avaliação do imóvel (cobertura DFI) e o saldo devedor (cobertura MIP) serão atualizados e aplicados, de acordo com a cláusula constante no contrato de financiamento firmado, vinculado à unidade habitacional.

13.2.2. As condições para concessão de reajuste previstas na Apólice poderão ser alteradas em face de superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.

13.2.3. O valor percentual relativo às Taxas MIP + DFI será fixo e irredutível.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. Da CONTRATADA:

14.1.1. Prestar as coberturas conforme especificações deste edital e seus Anexos e em consonância com a Proposta de Preços.

14.1.2. Manter, durante toda a execução do Contrato e Apólice Correspondente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÕES exigidas na licitação;

14.1.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços (coberturas), objeto do Contrato e Apólice Correspondente, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato e Apólice Correspondente, no prazo determinado.

14.1.4. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato e Apólice Correspondente venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou a terceiros.

14.1.5. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.

14.1.6. O não cumprimento de quaisquer obrigações pela CONTRATADA não transfere à Administração a responsabilidade do respectivo ônus.

14.2. Da CONTRATANTE:

14.2.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços (cobertura securitária).

14.2.2. Fiscalizar a execução contratual, nos termos das disposições deste edital e seus Anexos.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços (prestação das coberturas securitárias) objeto desta contratação, a COHAB-RP, CONTRATANTE, por meio de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução (cobertura securitária), inclusive, por meio da análise e conferência do Resumo Mensal de Operações – R.M.O.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. A COHAB-RP efetuará o pagamento do PRÊMIO à CONTRATADA, de acordo com o valor proposto e estabelecido no Contrato e Apólice Correspondente, em parcelas mensais, consecutivas, conforme as medições mensais (Resumo Mensal de Operações – R.M.O.), prévia e devidamente enviadas à CONTRATANTE, por e-mail, e aprovadas pelo Gestor do Contrato e Apólice Correspondente, sem prejuízo das demais disposições contidas neste Edital, e no ANEXO I – Termo de Referência, como sua parte integrante e complementar.

16.1.1. A CONTRATADA, deverá apresentar à COHAB-RP, por e-mail (seseg@cohabrp.com.br), até o último dia útil do mês correspondente ao da prestação dos serviços, a medição mensal (Resumo Mensal de Operações – R.M.O., Relação de Inclusões e Exclusões - R.I.E. acompanhados do Endosso), com a descrição dos serviços prestados, com o quantitativo de contratos segurados (cobertos), com as respectivas taxas e valores de prêmio (unitário e total), que será conferida pelo Gestor do Contrato e Apólice Correspondente, requerendo as correções que se fizerem necessárias antes da emissão do Boleto Bancário (ou documento de cobrança equivalente) e, em sendo aprovada, autorizará a emissão do Boleto Bancário (ou documento de cobrança equivalente) correspondente, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Número do Contrato e Apólice Correspondente;
- b) Número do Processo Administrativo;
- c) Mês de referência da medição;
- d) Descrição dos serviços contratados, respectivos quantitativos, taxas e preços unitário e total (prêmio), conforme indicação na apólice.

16.2. O pagamento à CONTRATADA será no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA e por ela previamente indicada e em tempo hábil, ou, por boleto bancário de cobrança (ou documento de cobrança equivalente).

17. DAS PENALIDADES

17.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato e Apólice Correspondente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato e Apólice Correspondente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Ribeirão Preto e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Ribeirão Preto, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e Apólice Correspondente e das demais cominações legais.

17.2. A recusa injustificada em assinar o Contrato e Apólice Correspondente ou aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, no prazo estipulado pela Administração, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30 de março de 2020.

17.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato e Apólice Correspondente, a COHAB-RP, garantindo a prévia defesa e sem prejuízo das penalidades previstas no

Artigo 83 da Lei nº 13.303/16 e do artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30 de março de 2020, poderá, ainda, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia corrido de atraso ou descumprimento da obrigação ou do prazo, limitada ao total de 10% (dez por cento);
- c) Em caso de inexecução parcial do objeto, multa de 10% (dez por cento), que será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) Em caso de inexecução total do objeto, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato e Apólice Correspondente, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COHAB-RP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a COHAB-RP enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a COHAB-RP, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a COHAB-RP pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

18. FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail atendimentolicitacao@administracao.pmrp.com.br.

18.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido.

18.3. A impugnação deste Edital poderá ser realizada por qualquer interessado pelo e-mail atendimentolicitacao@administracao.pmrp.com.br, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

18.4. Os pedidos de impugnações serão respondidos em até 02 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento.

18.5. A apresentação de impugnação realizada após o prazo estipulado não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

18.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

18.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo Portal de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras/pt-br e na página

de licitações da Prefeitura www.ribeiraopreto.sp.gov.br > [Portal da Transparência > Licitações > COHAB](#) e <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/cohab/licitacoes-pregao-eletronico>.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Ribeirão Preto.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.8. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município;

19.9. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.12. Fica assegurado ao Município o direito de no interesse da Administração, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.13. Aplica-se nos casos omissos, o disposto na Lei nº. 13.303 de 30/06/2016, Lei nº 10.520 de 17/07/2002, supletivamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Decreto nº 10.024 de 20/09/2019, Lei Municipal nº 10.513 de 06/09/2005 e Decreto Municipal nº 80 de 30/03/2020.

19.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Preto/SP, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões pertinentes ao presente Pregão.

20. DOS ANEXOS

20.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Proposta Comercial;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Declarações para Habilitação.

Ribeirão Preto, 25 de setembro de 2023.

Nilson Rogério Baroni

Diretor-Presidente

Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto – COHAB-RP

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023

Processo Administrativo nº. 60 0000101/2023

Objeto: Contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante (COHAB-RP) e seus mutuários, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no **ANEXO II** - Termo de Referência e demais Anexos deste Edital, como suas partes integrantes e complementares.

Nome da Proponente:

CNPJ:

Endereço

Telefone/Fax

E-mail:

Banco:

Conta Corrente:

Ag. Nº

ITEM 1	<p>Contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante (COHAB-RP) e seus mutuários, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no ANEXO II - Termo de Referência e demais Anexos deste Edital, como suas partes integrantes e complementares.</p> <p>Percentual de Taxa de MIP Máximo Estimado: 0,0661%</p> <p>Percentual de Taxa de DFI Máximo Estimado: 0,0122%</p> <p>Valor do Prêmio Global Máximo Estimado com aplicação das taxas de MIP e DFI: R\$ 484.884,12</p>
---------------	--

SUBITEM	COBERTURA	QTDE. CONTRATOS	SALDO DEVEDOR MÉDIO	TAXA	PRÊMIO ESTIMADO MENSAL (R\$)	PRÊMIO ESTIMADO ANUAL (R\$)
1.1	MIP	1.951	R\$ 13.575,71			
		1.084	R\$ 6.546,56			
PRÊMIO TOTAL MIP =						
SUBITEM	COBERTURA	QTDE. CONTRATOS	MÉDIA AVALIAÇÃO IMÓVEIS (R\$)	TAXA	PRÊMIO ESTIMADO MENSAL (R\$)	PRÊMIO ESTIMADO ANUAL (R\$)
1.2	DFI	1.951	R\$ 33.583,99			
		1.084	R\$ 77.242,24			
PRÊMIO TOTAL DFI =						
PRÊMIO GLOBAL – MIP + DFI / ANUAL (R\$) =						

OBSERVAÇÕES:

- a) O frete deverá ser por conta da empresa vencedora.
- b) **O prazo de validade da proposta:** Não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da Proposta.
- c) Local, data, assinatura e Identificação do representante legal da empresa (Nome, Cargo, RG e CPF).

ANEXO II**TERMO DE REFERÊNCIA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023**
Processo Administrativo nº. 60 0000101/2023**1. OBJETO:**

- 1.1 Contratação de empresa seguradora, para operar Seguro Habitacional em Apólice de Mercado (SH/AM), para cobertura dos Contratos de Promessa de Venda e Compra de Imóveis e de Confissão de Dívida, com financiamento fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, firmados entre a Contratante e seus mutuários.

2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1 Atender à demanda da COHAB-RP com a cobertura securitária para os riscos Morte e Invalidez Permanente – MIP e Danos Físicos ao Imóvel - DFI, dos Contratos de Mútuo, de financiamento e de confissão de dívida, celebrados fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 3.1 Resolução nº 447, de 10 de outubro de 2022, emanada do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, supletivamente pela Lei nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Lei nº. 13.303 de 30 de junho de 2016, Decreto nº. 10.024 de 20/09/2019, Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº. 10.513 de 06/09/2005 e Decreto Municipal nº. 80 de 30/03/2020.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**4.1 CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**

4.1.1 TOTAL CONTRATOS = 00001951

4.1.2 TOTAL PROMITENTES COMPRADORES = 00002333

4.1.3 MÉDIA DO PRAZO REMANESCENTE = 00000056 MESES

4.1.4 VALOR MÉDIO DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS = R\$ 33.583,99

4.1.5 VALOR MÉDIO DO SALDO DEVEDOR REMANESCENTE = R\$ 13.575,71

4.1.6 IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DOS CONTRATOS:

4.1.6.1 - DE 20 a 30 anos = 000094 - PERCENTUAL = 4,02% - MEDIA IDADE = 26 anos;

4.1.6.2 - DE 31 a 40 anos = 000631 - PERCENTUAL = 27,04% - MEDIA IDADE = 36 anos;

- 4.1.6.3 - DE 41 a 50 anos = 000775 - PERCENTUAL = 33,21% - MEDIA IDADE = 45 anos;
- 4.1.6.4 - DE 51 a 60 anos = 000585 - PERCENTUAL = 25,07% - MEDIA IDADE = 55 anos;
- 4.1.6.5 - DE 61 a 73 anos = 000228 - PERCENTUAL = 9,77% - MEDIA IDADE = 64 anos;
- 4.1.6.6 - MAIS DE 73 anos = 000020 - PERCENTUAL = 0,85% - MEDIA IDADE = 76 anos;

4.2 CONTRATOS DE CONFISSÃO DE DÍVIDA (PARCELAMENTO):

4.2.1 TOTAL CONTRATOS = 00001084

4.2.2 VALOR MÉDIO DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS = R\$ 77.242,24

4.2.3 TOTAL PROMITENTES COMPRADORES = 00001241

4.2.4 MEDIA DO PRAZO REMANESCENTE = 00000046 MESES

4.2.5 MÉDIA DO SALDO DEVEDOR REMANESCENTE = R\$ 6.546,56

4.2.6 IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES - CONFISSÃO DE DÍVIDA:

- 4.2.6.1 - DE 20 a 30 anos = 000005 - PERCENTUAL = 0,40% - MEDIA IDADE = 27 anos;
- 4.2.6.2 - DE 31 a 40 anos = 000232 - PERCENTUAL = 18,69% - MEDIA IDADE = 37 anos;
- 4.2.6.3 - DE 41 a 50 anos = 000374 - PERCENTUAL = 30,13% - MEDIA IDADE = 45 anos;
- 4.2.6.4 - DE 51 a 60 anos = 000413 - PERCENTUAL = 33,27% - MEDIA IDADE = 55 anos;
- 4.2.6.5 - DE 61 a 73 anos = 000207 - PERCENTUAL = 16,68% - MEDIA IDADE = 64 anos;
- 4.2.6.6 - MAIS DE 73 anos = 000010 - PERCENTUAL = 0,80% - MEDIA IDADE = 75 anos;

4.3 Faturamento dos prêmios de seguro, com média mensal no período de 08/2022 a 07/2023: R\$ 62.928,43.

4.4 Sinistros de M.I.P. (morte e invalidez permanente), com média mensal no período de 08/2022 a 07/2023: R\$ 16.398,23.

4.5 Sinistros de D.F.I. (danos físicos no imóvel), com média mensal no período de 08/2022 a 07/2023: 01 (um) sinistro, no valor de R\$ 4.761,51.

4.6 O total de contratos, correspondente à somatória dos itens 4.1.1 e 4.2.1., na quantidade de 3.035 (três mil e trinta e cinco) contratos, receberá cobertura referente à Morte e Invalidez Permanente – MIP.

4.7 Do total de contratos descrito no item 4.6, somente 2.135 (dois mil, cento e trinta e cinco) contratos terão cobertura de Danos Físicos ao Imóvel – DFI.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo que atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.2 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação:

5.2.1 Quem tiver sido declarado inidôneo por qualquer órgão ou suspenso para licitar ou contratar com a Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto – COHAB-RP;

5.2.2 Quem estiver em processo de dissolução, liquidação e empresas estrangeiras que não funcionem no país; e

5.2.3 Consórcio de proponentes.

6. DO PAGAMENTO DA COBERTURA SECURITÁRIA

6.1 O valor total anual que será atribuído ao Contrato e Apólice Correspondente (prêmio global) a ser celebrado entre as partes, representa o resultado dos prêmios mensais de seguros a serem pagos, sendo este valor aproximado, dado à variação de quantidade de contratos cobertos e seus saldos devedores no decorrer da vigência da Apólice, não se constituindo garantia de faturamento.

6.2 O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante, até o décimo dia de cada mês subsequente ao mês de referência.

6.3 Durante a vigência da Apólice, o pagamento dos prêmios de seguros contratados dar-se-á por meio dos recursos financeiros da Contratante, mediante apresentação pela Seguradora Contratada de faturas mensais ou documento de cobrança equivalente, no valor total dos prêmios dos segurados constantes da carteira da COHAB-RP, independentemente da ocorrência de inadimplência por parte dos mutuários da Contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante obriga-se a fornecer, em tempo hábil, as informações e os documentos expressamente solicitados por escrito pela Contratada, que sejam úteis e necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência; e

7.2 A Contratante obriga-se a efetuar mensalmente o pagamento dos prêmios do seguro contratado até o décimo dia subsequente ao do mês de prestação dos serviços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Efetuar o pagamento à Contratante da(s) indenizações(s) correspondente(s) aos riscos de Morte ou Invalidez Permanente – MIP e/ou Danos Físicos ao Imóvel – DFI, na ocorrência desses sinistros com os contratos de mútuo cobertos pela Apólice; e

8.2 Encaminhar, tempestivamente, à Contratante, o faturamento mensal correspondente aos prêmios de seguro contratado, para pagamento.

ANEXO III

DECLARAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023
Processo Administrativo nº. 60 0000101/2023

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o N.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF n.º....., **DECLARA sob as penas da Lei**

a) que os documentos apresentados por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) são autênticos aos originais (caso apresente algum documento sem autenticação digital).

b) que cumpre as normas regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como, as normas relativas à defesa do meio ambiente, na forma da Lei.

c) que recebeu os documentos e tomou pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data,

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome Completo, RG nº e CPF nº